

Territorialidade, pertencimento e formação universitária: reflexões sobre a participação discente no Projeto de Arte, Cultura e Extensão “Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeiras(os) e Raizeiras(os) no Vale do Jequitinhonha - MG

 Nayara Cristine Carneiro do Carmo¹,  Paula Cristina da Silva²,  Maria Eduarda Silva³,  Rian Santos do Patrocínio Figueiró⁴,  Josiane Moreira da Costa⁵

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Faculdade Interdisciplinar de Humanidades. Campus JK, Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5.000 - Alto da Jacuba. Diamantina - MG. Brasil. ² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. ³ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. ⁴ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. ⁵ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

Autor para correspondência/Author for correspondence: nayara.carmo@ufvjm.edu.br

RESUMO. Este artigo analisa a participação discente no projeto de extensão, arte e cultura *Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeiras(os) e Raizeiras(os) do Vale do Jequitinhonha* da UFVJM. O trabalho investiga como a extensão universitária atua como dispositivo de acolhimento e fortalecimento identitário para estudantes camponeses e quilombolas, contrapondo-se à sensação de invisibilidade, silenciamento e ao risco de adoecimento mental no ambiente acadêmico. O projeto envolveu 18 estudantes de diferentes áreas do conhecimento em 2025. Para compreender os impactos do projeto, ao final do primeiro ano, aplicou-se um formulário de avaliação via *Google Forms*. O instrumento coletou o perfil sociodemográfico dos alunos e incluiu questões abertas sobre o interesse no projeto e a percepção da prática extensionista. As reflexões sobre pertencimento e saúde mental apresentadas neste artigo derivam da análise qualitativa dessas respostas. Foi constatado que o projeto transcende o registro memorial de benzedeiras(os) e raizeiras(os) ao promover o fortalecimento identitário e o pertencimento dos estudantes. A participação discente nos permite inferir sobre as relações do projeto com a saúde mental, demonstrando que a valorização dos saberes populares e o vínculo territorial são condições importantes para o bem-estar discente no ensino superior.

Palavras-chave: extensão universitária, territorialidade, pertencimento.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20625	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Este conteúdo utiliza a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International License
Open Access. This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Territoriality, Sense of Belonging, and University Education: Reflections on Student Participation in the Art, Culture, and Extension Project “Mapping and Memorial Documentation of Traditional Healers (*Benzedeiras* and *Raizeras*) in the Jequitinhonha Valley, Minas Gerais”

ABSTRACT. This article analyzes student participation in the university extension, art, and culture project "Mapping and Memorial Registry of *Benzedeiras* and *Raizeiras* of the Vale do Jequitinhonha " at UFVJM. The study investigates how university extension acts as a mechanism for welcoming and strengthening the identity of peasant and *quilombola* students, countering the sense of invisibility, silencing, and the risk of mental health struggles within the academic environment. The project involved 18 students from different fields of knowledge in 2025. To understand the project's impacts, an evaluation form was administered via Google Forms at the end of the first year. The instrument collected the students' sociodemographic profiles and included open-ended questions regarding their interest in the project and their perception of the extension practice. The reflections on belonging and mental health presented in this article derive from the qualitative analysis of these responses. The project transcends the memorial registry of *benzedeiras* and *raizeiras* by promoting the students' identity strengthening and sense of belonging. Student participation allows us to infer the project's relationship with mental health, demonstrating that the appreciation of popular knowledge and territorial ties are crucial conditions for student well-being in higher education.

Keywords: university extension, territoriality, belonging.

Territorialidad, pertenencia y educación universitaria: reflexiones sobre la participación estudiantil en el proyecto de Arte, Cultura y Extensión “Mapeo y Registro Conmemorativo de Curanderos y Herbolarios en el Valle de Jequitinhonha - MG”

RESUMEN. Este artículo analiza la participación estudiantil en el proyecto de extensión, arte y cultura “Mapeo y Registro Memorial de *Benzedeiras* y *Raizeiras* del Vale do Jequitinhonha” de la UFVJM. El trabajo investiga cómo la extensión universitaria actúa como un dispositivo de acogida y fortalecimiento identitario para estudiantes campesinos y *quilombolas*, contraponiéndose a la sensación de invisibilidad, silenciamiento y al riesgo de padecimiento mental en el entorno académico. El proyecto involucró a 18 estudiantes de diferentes áreas del conocimiento en 2025. Para comprender los impactos del proyecto, al finalizar el primer año, se aplicó un formulario de evaluación a través de Google Forms. El instrumento recopiló el perfil sociodemográfico de los alumnos e incluyó preguntas abiertas sobre el interés en el proyecto y la percepción de la práctica extensionista. Las reflexiones sobre pertenencia y salud mental presentadas en este artículo derivan del análisis cualitativo de dichas respuestas. El proyecto trasciende el registro memorial de *benzedeiras* y *raizeiras* al promover el fortalecimiento identitario y la pertenencia de los estudiantes. La participación estudiantil nos permite inferir sobre las relaciones del proyecto con la salud mental, demostrando que la valorización de los saberes populares y el vínculo territorial son condiciones importantes para el bienestar estudiantil en la educación superior.

Palabras clave: extensión universitária, territorialidade, pertinência.

Introdução

A interiorização do ensino superior público e as políticas de ações afirmativas possibilitaram, nas últimas décadas, o ingresso de juventudes camponesas, indígenas e quilombolas nos espaços acadêmicos (Lima de Paulo, 2018), a exemplo da experiência da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Minas Gerais. Contudo, a democratização do acesso não garante, por si só, a permanência material e simbólica desses estudantes com qualidade de vida e bem-estar no ambiente universitário (Batista & Silva, 2024).

Esse ingresso nas universidades é a “entrada, de certa forma, em um novo mundo” (Romanini & Gumucio, 2023, p. 160), de modo que a transição para o ensino superior impõe novas responsabilidades e, muitas vezes, o afastamento do núcleo familiar e comunitário. Esse fenômeno pode alterar as dinâmicas dos relacionamentos interpessoais e afetivos, o que vulnerabiliza o estudante e eleva o risco de sofrimento psicológico (Paulo & Botega, 2019). Para estudantes de comunidades tradicionais, como camponeses e quilombolas, esse desafio é ainda mais acentuado. Apesar da existência de políticas públicas como a Lei de Cotas e o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que contribuem para a manutenção de estudantes de baixa renda na universidade, a realidade aponta desafios econômicos e sociais ainda não extintos. Conforme apontam Silva, Vieira e Santos (2021) em estudo no Vale do Jequitinhonha, o ingresso desse público na academia é marcado por barreiras de permanência: buscar formas para se manter na cidade, organizar a moradia, arcar com a alimentação e procurar um emprego ou atividade que gere renda, “considerando que nem todas as famílias possuem condições financeiras para arcar com os gastos básicos na cidade” (p. 9).

Para muitos, a universidade representa a primeira ruptura com o território de origem, exigindo uma complexa reorganização financeira, emocional e social fora do núcleo familiar. Além disso, para Romanini e Gumucio (2023, p. 161), o contato com a universidade, bem como com novos colegas e professores, vai possibilitar “trocas de experiências, pensamentos e ideologias que possam fazer questionar a própria identidade e iniciar um processo de transformação”.

Apesar das possibilidades de troca e crescimento, o ingresso na universidade pode representar um risco de adoecimento para grupos mais vulneráveis. Somada aos obstáculos econômicos, a predominância de um modelo de formação pautado em um cientificismo

eurocentrado e urbanocêntrico, que frequentemente desvaloriza saberes populares, tradicionais e práticas ancestrais, dificulta a inserção social desses estudantes na academia. Esse cenário pode induzir à ruptura com suas comunidades originárias, gerando um processo de negação da própria identidade e deixando-os sem autoidentificação, tanto dentro quanto fora dos muros universitários. Nesse sentido, ao destacar o papel das instituições universitárias nas lutas antirracistas e descolonizadoras, Carvalho (2019) defende a complementaridade das cotas epistêmicas:

... em uma perspectiva descolonizadora, a ruptura provocada pelas cotas tem que ser completa: entram os jovens negros e indígenas na condição de discípulos e entram também os mestres negros e indígenas na condição de professores. A essa plataforma político-científica de dupla inclusão podemos dar o nome de cotas epistêmicas (p. 82).

Diante dessa realidade, o projeto de extensão, arte e cultura “Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeiros(os) e Raizeiros(os) do Vale do Jequitinhonha” da UFVJM tem, entre os seus propósitos, promover reflexões sobre a (re)construção histórica de saberes e a valorização da cultura popular no contexto da trajetória acadêmica dos discentes. Paulo e Botega (2019) ressaltam que a universidade, como campo de desenvolvimento profissional e pessoal, ocupa um espaço importante nas relações dos(as) estudantes, enquanto lugar de vivências e experimentações.

Embora a extensão universitária ainda ocupe, muitas vezes, uma posição secundária no ambiente acadêmico brasileiro (Fontenele, 2024), na UFVJM, a extensão acontece como uma práxis de reconhecimento e diálogo de saberes, de fortalecimento de vínculos e de reafirmação identitária. Fontenele (2024) ressalta o papel estratégico da extensão tanto na qualificação profissional quanto na atuação social da universidade, especialmente no suporte a grupos em situação de vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica.

Cabe destacar que, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM, existe um programa de bolsas de apoio à cultura e à arte que busca a promoção de atividades que ampliem o contato da comunidade acadêmica com diferentes expressões artísticas e culturais, uma vez que o acesso à cultura é um direito constitucional e condição para o exercício pleno da cidadania. Ao possibilitar que o jovem atue em seu próprio território, a extensão (neste caso, imbricada em ações relacionadas à promoção de arte e cultura) se efetiva como um espaço de acolhimento, integração e reafirmação, contrapondo-se ao isolamento cultural e à sensação de invisibilidade que muitas vezes marcam a trajetória acadêmica (Santana *et al.*, 2021).

Sobre o encontro “saúde mental e ciência”, Romanini, Ferigato e Teixeira (2024, p.146) nos interrogam: “quais são as possibilidades concretas para o encontro entre saúde mental e o saber-fazer ou o fazer-saber universitário?”. Compreendemos que territorialidade e saberes populares não são apenas atos de salvaguarda cultural, mas estratégias fundamentais de promoção de saúde e cuidado com o corpo discente.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a participação discente no projeto de extensão, arte e cultura “Mapeamento e Registro memorial de benzedeiros(os) e raizeiros(os) no Vale do Jequitinhonha” e como o mesmo atua como estratégia de fortalecimento identitário para os discentes extensionistas, configurando-se como um dispositivo de acolhimento e pertencimento no ambiente acadêmico.

A concepção de saúde mental que embasa este trabalho alinha-se à perspectiva crítica adotada por pesquisadores do campo da Saúde Mental em Comunidades Educativas, em especial Garcia e Ribeiro (2024) e Romanini, Ferigato e Teixeira (2024), estando ancorada, simultaneamente, nas reflexões sobre território de Haesbaert (2010) e Ailton Krenak (2019). Essa articulação teórica redireciona a compreensão da saúde mental no ambiente universitário, afastando-a de uma abordagem puramente clínica e individualizante. Passa-se, assim, a considerar as violências epistêmicas, o apagamento identitário e os determinantes territoriais, culturais e políticos que impactam diretamente os estudantes vindos de comunidades rurais, quilombolas e tradicionais.

Para tanto, o artigo apresenta os resultados do projeto de extensão, arte e cultura “Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeiros(os) e Raizeiros(os) do Vale do Jequitinhonha”. O levantamento inclui o quantitativo de docentes e discentes envolvidos, os municípios visitados, o número de curadores tradicionais mapeados e os dados extraídos da avaliação do projeto pelos estudantes (realizada entre janeiro e março de 2026 por meio de *Google Forms*).

Vale destacar que a equipe do projeto em 2025 foi composta por 20 estudantes de diferentes municípios do Vale do Jequitinhonha, incluindo jovens camponeses e quilombolas. Esse grupo reuniu alunos da pós-graduação (mestrado em Ciências Humanas) e da graduação, abrangendo os cursos de Letras, Pedagogia, Educação do Campo, História, Ciências Biológicas, Turismo, Farmácia, Medicina, Engenharia Florestal e Enfermagem.

As reflexões propostas neste artigo sobre a relação entre extensão, pertencimento e saúde mental emergem, especificamente, das respostas abertas desse questionário, que

investigaram as motivações e a experiência de participação no projeto. Argumentamos que, para esses jovens do Jequitinhonha, fortalecer os vínculos comunitários, valorizar seus territórios e dialogar com os saberes populares é essencial para a sustentação de suas trajetórias acadêmicas, atuando como fator de proteção diante dos desafios e do adoecimento vivenciado no contexto universitário.

Territorialidade e saúde mental discente na universidade

A fundamentação teórica deste trabalho busca estabelecer um diálogo entre as dimensões subjetivas da saúde mental e as configurações sociais, territoriais e culturais que as sustentam. A vida acadêmica não pode ser dissociada das trajetórias de vida, dos contextos de origem e dos saberes que constituem a identidade dos discentes.

O conceito de território é compreendido aqui como um espaço de vida complexo e dinâmico de produção e reprodução, onde a territorialidade se manifesta como o agir e o sentir do sujeito no espaço. Para Fernandes (2009), o território é uma totalidade multidimensional, fruto de relações sociais, políticas e culturais indissociáveis. Essa perspectiva dialoga com a tese de Haesbaert (2010), para quem a territorialidade envolve a coexistência de funções e afetos: "todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico" (Haesbaert, 2010, p. 3). Assim, a saúde mental não ocorre no vazio, mas está ancorada nessas territorialidades, de maneira que, quando o estudante ingressa no contexto universitário, ele inicia um processo de reterritorialização, que pode fortalecer ou fragilizar sua identidade.

Pertencemos a um a território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos dele ... Enfim, o território não diz apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer esse princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (Bonnenaison & Cambrèzy, 1996, p. 13 apud Haesbaert, 2002, p. 23).

O território universitário atua como um espaço funcional de formação e produtividade, mas é na dimensão simbólica - no reconhecimento de suas matrizes identitárias e na construção de pertencimento - que o bem-viver se concretiza. A importância dessa relação é reiterada por Medeiros (2006), ao destacar que o território é a condição para que o espaço se humanize, funcionando como um lugar de mediação entre os sujeitos e sua cultura. O território universitário não deve ser apenas um espaço funcional, mas um local de enraizamento, visto

que a negação das referências territoriais de origem impõe um risco de crise identitária e existencial. Como afirma Milton Santos, “território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (Santos, 2002, p. 96).

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri polariza uma vasta região e é a única universidade pública federal no nordeste do estado de Minas Gerais (UFVJM, 2023). A UFMG nasceu vocacionada a acolher uma pluralidade de sujeitos e territórios, o que faz com que sua própria constituição institucional seja atravessada por uma diversidade de matrizes culturais e trajetórias de vida. Esse contexto convoca a universidade a se constituir como um espaço de diálogo constante com as territorialidades de origem de seus discentes.

Segundo Lima e Yasui (2014, p. 594), “no contexto da saúde coletiva, o conceito de território está presente em múltiplas dimensões e sentidos”. Estudos como os de Leão, Goto e Ianni (2025) e Barros e Muniz (2026) demonstram que a saúde mental universitária se tornou uma questão de agenda pública, evidenciando que o sofrimento psíquico discente está intrinsecamente ligado a relações interseccionais e sociodemográficas, como gênero, raça e a necessidade de deslocamento territorial para estudar, que, ao se articularem, estruturam e produzem experiências de opressão e exclusão.

Em outra perspectiva, Mendes e Boechat (2024) aprofundam a dimensão clínica desse fenômeno ao conceituar as "urgências subjetivas", caracterizadas por crises de angústia que revelam que o mal-estar dos estudantes muitas vezes não está ligado a dificuldades acadêmicas diretas, mas a conflitos da vida pessoal que o cotidiano universitário acaba por deflagrar. O texto destaca a importância de acolher o estudante em sua totalidade subjetiva, e não apenas como um receptor e reproduzidor de conhecimento.

Complementarmente, os estudos de Fortes (2024) e Coutinho *et al.* (2025) trazem um aporte teórico voltado para a crítica institucional, apontando que o ambiente acadêmico atua frequentemente como um *lôcus* de colonialidade e um "campo de guerra civil" neoliberal. Fortes (2024) argumenta que práticas formativas e avaliativas rígidas comprometem o bem-estar dos graduandos, sugerindo a necessidade de uma perspectiva decolonial para humanizar a formação, ao passo que Coutinho *et al.* (2025) associam o alto índice de depressão e suicídio a estratégias que esvaziam o sentido coletivo do laço social na universidade.

Nesse sentido, a crítica à colonialidade e ao esvaziamento dos laços sociais articula-se à questão da territorialidade e da saúde mental. Se o ambiente acadêmico adoece, ao romper os vínculos coletivos, o enfrentamento desse sofrimento não pode se restringir ao cuidado clínico

e individualizado. Ele exige a construção de redes de acolhimento e de dispositivos que ressignifiquem a experiência universitária a partir das realidades vividas pelos estudantes em seus territórios.

Ribeiro (2025), ao analisar os avanços e desafios da Política Nacional de Atenção Psicossocial a Comunidades Escolares (PNAPCE), instituída pela Lei nº 14.819/2024, ressalta que:

é fundamental reconhecer que as intervenções em saúde mental escolar não se restringem a ações clínicas ou individuais. Elas envolvem transformações mais amplas no projeto pedagógico das escolas: nas formas de ensinar e avaliar, nos calendários escolares, nos espaços de convivência, nos tempos de escuta e na própria formação docente. Promover saúde mental, nesse campo, exige rever as condições institucionais de trabalho, a cultura escolar e os modos de se relacionar com a diversidade dos sujeitos (Ribeiro, 2025, p. 6).

Ainda que o autor se debruce sobre o contexto da PNAPCE, com foco na Educação Básica, suas colocações nos permitem refletir sobre saúde mental no Ensino Superior e no contexto educacional brasileiro como um todo, evidenciando que a promoção da saúde mental em comunidades educativas é coletiva e indissociável da revisão das culturas institucionais.

Em uma outra produção, Ribeiro (2024) propõe uma revisão crítica sobre o lugar da saúde mental nas instituições de ensino, argumentando que ela não deve ser tratada como um evento extraordinário ou exclusivamente clínico, mas como um elemento intrínseco ao cotidiano escolar. O autor defende que o sofrimento discente muitas vezes é resposta de um "sujeito com corpo vivo" a regulação comportamental e regras rígidas (Ribeiro, 2024, p. 1). Quando o ingresso no ensino superior impõe uma ruptura com essas redes de pertencimento, o sofrimento psíquico emerge não apenas como uma patologia clínica, mas como um sintoma da desterritorialização que fragmenta a unidade entre o ser e o seu lugar no mundo.

Em diálogo com essa perspectiva, Krenak (2019) aprofunda a dimensão subjetiva, propondo que o território não é um objeto de posse, mas uma extensão do próprio organismo e da memória ancestral. Para o autor, o distanciamento entre o sujeito e a terra é a raiz de um profundo mal-estar civilizatório. Essa perspectiva nos permite inferir que o sofrimento muitas vezes decorre de uma desterritorialização afetiva, na qual o estudante silencia seu "corpo-território" para se adequar a uma métrica acadêmica muitas vezes homogênea, impessoal e individual. Assim, a promoção da saúde mental no ensino superior depende do reconhecimento de que o sujeito não habita apenas um espaço geográfico, mas uma rede de afetos, saberes e vivências.

Se o sofrimento psíquico discente é, nessa perspectiva, muitas vezes, o resultado dessa desterritorialização, material e simbólica, o encontro e o reconhecimento de mestres e mestras dos saberes e fazeres tradicionais do projeto de mapeamento e registro memorial de benzedeadas (os) e raizeiras (os) do Vale do Jequitinhonha pode ser um caminho de cura para os discentes, bem como para a própria instituição acadêmica.

É sob a perspectiva epistemológica construída nessa seção que o artigo se estrutura. A seguir, apresentamos considerações metodológicas do projeto de arte, cultura e extensão realizado em 2025 na UFVJM, detalhando como o mapeamento e o registro memorial de benzedeadas, benzedores, raizeiras e raizeiros no Vale do Jequitinhonha converteram-se em uma práxis de acolhimento e fortalecimento identitário para os estudantes envolvidos no projeto.

Notas metodológicas sobre o projeto de arte, cultura e extensão

O projeto de arte, cultura e extensão *Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeadas(os) e Raizeiras(os) do Vale do Jequitinhonha* foi desenvolvido na UFVJM ao longo de 2025. Financiado pelo Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte (Procarte) e vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o projeto teve como objetivo principal elaborar um material artístico e visual com o registro de benzedeadas e uso de plantas medicinais no alto do Jequitinhonha.

A metodologia ancora-se na concepção dialógica freiriana, compreendendo que a construção do conhecimento não ocorre de forma isolada, mas por meio do encontro entre sujeitos e a mediação do mundo: "a dialogicidade não é a invasão de um sujeito no outro, nem a manipulação de um por outro. A dialogicidade é o encontro de sujeitos que, através da mediação do mundo, o buscam 'pronunciar'" (Freire, 1983, p. 52). O mapeamento das benzedeadas (os) e raizeiras (os) se constituiu como um encontro de saberes por meio do qual a universidade e esses sujeitos, devidamente reconhecidos como Mestras e Mestres, construíram o conhecimento juntos, respeitando o saber, o fazer e a cultura popular como um patrimônio de igual valor ao científico.

Pautada por essa comunicação horizontal entre a universidade e o território, a pesquisa foi dividida em cinco fases. A primeira fase do projeto consistiu em abrir uma chamada interna para a inscrição de discentes interessados. Feito esse levantamento dos estudantes e de seus territórios, teve início a segunda fase: a Oficina de Fotografia, ofertada pelo professor, fotógrafo

e artista plástico Eduardo Oliveira. Além de questões técnicas básicas para a operação das câmeras (diafragma, obturador e ISO), a oficina promoveu reflexões sobre luz, composição fotográfica a partir do contexto, expressão dos sujeitos, bem como representações, intenções e emoções de quem fotografa. Muitos discentes inscritos nunca haviam operado uma câmera; ainda assim, a oficina teve como objetivo, além da formação técnica, uma formação política e sensível do olhar, construída com e para os discentes. Ao adotar a fotografia como ferramenta de mapeamento e registro memorial, o olhar acadêmico voltou-se para um território vivo de saberes, *práxis* e resistências.

Adiante, na terceira fase, os discentes mapearam em seus territórios benzedeiros(os) e raizeiros(os), que, em muitos casos, tinham algum grau de parentesco com eles. Tanto a apresentação do projeto quanto a mobilização para a entrevista e a fotografia foram feitas pelos discentes, justamente a partir desses laços preestabelecidos. Nas fases de documentação e registro (quarta fase), a narrativa das benzedeiros(os) e raizeiros(os) foi tecida em conversas e contações de histórias atravessadas por memórias, ensinamentos e, fundamentalmente, pela confiança mútua. Essa confiança foi um desdobramento dos afetos construídos junto dos discentes e de valores comunitários e parentais pautados na oralidade, na troca e na solidariedade. Embora a equipe utilize um roteiro pré-estruturado, explorando a origem das participantes, o aprendizado do ofício, as plantas utilizadas e seus usos, o ritmo é ditado pelo tempo do outro, seja no sofá da sala, na cozinha ou no quintal. Esse processo foi acompanhado por registros fotográficos que capturaram a dimensão artística e simbólica do projeto de extensão, arte e cultura. Sob o protagonismo dos discentes, as entrevistas foram realizadas com afeto e ética, com autorização para gravação, produção e divulgação.

Por fim, ocorreu a etapa de transcrição e curadoria (quinta fase). As transcrições também foram feitas pelos discentes — ora pelos próprios entrevistadores, ora por outros participantes do projeto, a depender da disponibilidade. Já a curadoria foi feita coletivamente: um encontro entre a imagem, o que ela representa, o que ela mobiliza, a intenção de quem a registrou, os símbolos, os significados e as representações.

No ano de 2026, o projeto teve continuidade, com a devolutiva dos resultados aos sujeitos e comunidades, em forma de exposição itinerante.

Para compreender os impactos do projeto, ao final do primeiro ano, aplicou-se um formulário de avaliação via *Google Forms*. O instrumento coletou o perfil sociodemográfico dos alunos e incluiu questões abertas sobre o interesse no projeto e a percepção da prática

extensionista. As reflexões sobre pertencimento e saúde mental apresentadas neste artigo derivam da análise qualitativa dessas respostas.

Por fim, cabe uma ressalva ética e estética: ao longo do texto, fotos dos encontros nos territórios foram transformadas em ilustrações pelo professor de biologia e artista Eduardo Almeida, ao qual agradecemos carinhosamente. Essa intervenção artística permitiu dimensionar a força visual do projeto sem expor a identidade dos entrevistados. Além disso, os nomes dos discentes foram mencionados ao longo do texto, com consentimento deles, cientes de que a autoria e personificação também são componentes éticos do projeto de extensão, arte e cultura.

Resultados e discussão

O presente artigo buscou analisar a participação discente no projeto de extensão, arte e cultura *Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeiras(os) e Raizeiras(os) do Vale do Jequitinhonha*, tendo em vista o objetivo de discutir a relação entre formação universitária, territorialidade, pertencimento e saúde mental.

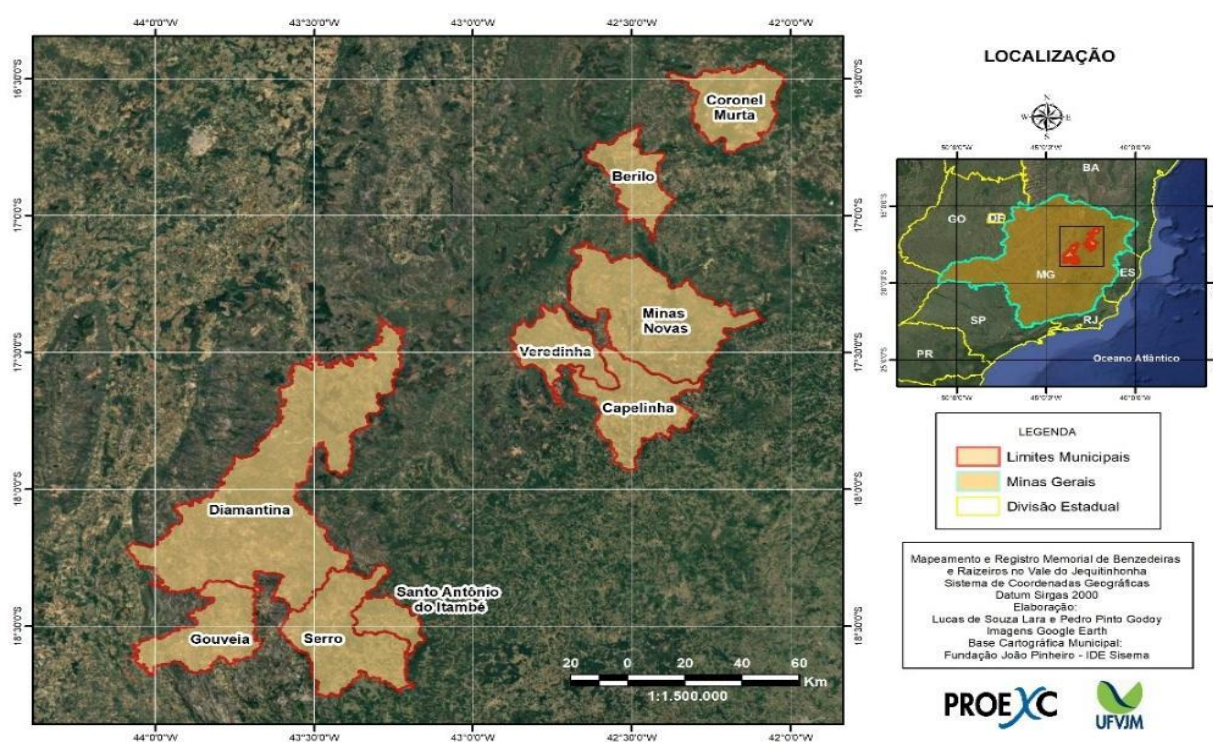
Considerando os resultados alcançados pelo projeto em 2025, um dos pontos de destaque é a interdisciplinaridade da equipe, que reuniu docentes e discentes de campos diversos, como Farmácia, Pedagogia, Licenciatura em Educação do Campo (LEC), Enfermagem, Ciências Biológicas, Nutrição, Engenharia Florestal, Zootecnia, Medicina, Turismo e História. Essa pluralidade de olhares permitiu que os territórios fossem compreendidos e experienciados de forma multidimensional, com diferentes repertórios (pessoais e acadêmicos). Essa multiplicidade de compreensões e experiências expressa-se por meio da vocação desse espaço, de natureza interdisciplinar, incentivada e garantida pela interlocução entre lideranças comunitárias, quilombolas, discentes, técnicos e docentes da universidade. A organização do material — registros orais e fotográficos —, como produção artística e cultural, contribui para a (re)construção histórica de saberes, assim como para a adoção desses conhecimentos no campo da educação, da saúde, da cultura e das artes.

Apesar de contar com apenas uma bolsa de extensão, o grupo se manteve com um bolsista e 18 (dezoito) discentes voluntários. Esse engajamento demonstra que a participação no projeto transcende a remuneração (que compreendemos como importante, haja vista as necessidades de manutenção da vida acadêmica), configurando-se como uma busca por pertencimento e por uma formação acadêmica que dialogue com suas realidades.

Dos 19 discentes participantes, 14 responderam ao questionário de avaliação do projeto após um ano de atividades. São jovens entre 18 e 25 anos, sendo 11 mulheres e três homens. Seis se autodeclararam pardos; cinco, pretos; e três, brancos. Apesar de residirem, majoritariamente, em Diamantina, para cursar o Ensino Superior, os discentes são oriundos de outras cidades do Vale do Jequitinhonha: Capelinha, Gouveia, Veredinha, Serro, Virginópolis, Rio Vermelho, Araçuaí e Virgem da Lapa. Há ainda um discente de Belo Horizonte e um de Nova Serrana.

Por meio do protagonismo e da mobilização dos discentes participantes, foi possível realizar incursões em nove municípios: Diamantina, Serro, Gouveia, Berilo, Minas Novas, Veredinha, Capelinha, Santo Antônio do Itambé e Coronel Murta, estabelecendo um diálogo direto com os mestres e as mestras dos saberes tradicionais. Na Figura 1, o mapa dos municípios das(os) benzedeiras(os) e raizeiras(os) participantes do projeto em 2025.

Figura 01: Municípios participantes do projeto em 2025



Fonte: Acervo do Projeto.

Para além de uma delimitação geográfica ou jurídica, esses territórios devem ser compreendidos como um espaço povoado por símbolos, afetos e relações que constituem a identidade dos estudantes. Nesses municípios, foram visitadas comunidades quilombolas e

campesinas, a exemplo da Comunidade Quilombola Mutuca de Cima, em Coronel Murta; da Comunidade Quilombola do Espinho, em Gouveia; da comunidade Vai Lavando em Berilo; do Capivari no Serro, entre outras.

Foi realizado o registro memorial (entrevista e fotografia) de 30 mestres e mestras, benzedeiras (os) e raizeiras (os), majoritariamente mulheres, idosas e de territórios rurais. O aprendizado sobre benzimento e plantas medicinais foi vivenciado, na maior parte dos casos, por meio da oralidade e por redes de parentalidade. Existe uma satisfação e um orgulho dos mestres e mestras de contar suas histórias de cura e cuidado, receber o projeto em suas casas e quintais, compartilhar saberes e serem fotografados.

Para ilustrar a prática extensionista, a Figura 2 apresenta uma fotografia do momento de entrevista de um casal que benze e faz uso de plantas medicinais em Santo Antônio do Itambé. O encontro foi mediado por uma profissional em especialização por residência rural do curso de Farmácia e uma estudante quilombola de medicina.

Figura 02: Residente da Farmácia UFVJM e discente da Medicina UFVJM entrevistando um casal em Santo Antônio do Itambé-MG



Fonte: Acervo do projeto

Quanto às análises, é importante destacar, de início, que a emergência das temáticas de pertencimento, identidade e suas intersecções com a saúde mental discente ocorreu de forma espontânea nas respostas ao questionário aberto. Embora não houvesse uma intencionalidade analítica *a priori* no instrumento de avaliação, essas categorias emergiram organicamente das narrativas sobre o interesse e a participação no projeto. Esse achado documental veio ao encontro do que a coordenação já observava de maneira latente nas escutas e trocas durante as

rodas de conversa e vivências nos territórios, e nos permite dialogar com a chamada deste Dossiê. Por parte dos alunos, os relatos evidenciam que a participação no projeto atua como uma ferramenta de reconhecimento, valorização e preservação do saber tradicional:

Na minha família houve muitas pessoas que eram benzedadeiras, como minha avó e outras pessoas próximas. Infelizmente, após o falecimento delas, grande parte dessas tradições e desse conhecimento foi se perdendo ao longo do tempo. Por isso, acredito que iniciativas como esse projeto são muito importantes para registrar, valorizar e preservar esses saberes tradicionais, que fazem parte da cultura e da história das nossas comunidades. Participar do projeto também representa, para mim, uma forma de contribuir para que essas práticas não desapareçam e possam ser reconhecidas e transmitidas às próximas gerações (Voluntária Maria Clara, mestranda em Ciências Humanas na UFVJM).

A fala de Maria Clara sobre a perda das tradições após o falecimento das avós — daquilo que fez parte da infância e não faz mais — ilustra o risco de um desaparecimento, que pode ser compreendido como simbólico e material. Se o território é o lugar do ser e da identidade (Haesbaert, 2002; Santos, 2002), a extinção desses saberes representa uma fragmentação do próprio sujeito. Contudo, se a ausência desses saberes gera fragmentação, a prática extensionista e a pesquisa propiciam o caminho inverso: o da retomada. O contato com as comunidades permite que os estudantes se reconheçam como parte viva dessa herança, desses territórios e desses conhecimentos. Essa transição entre o "perder-se" e o "reconhecer-se" é pontuada pelo bolsista Rian:

O projeto me faz, na fala dos mestres e das mestras, reconhecer muitos vínculos emocionais e sociais também, que fazem parte da minha trajetória, né? Porque desde a infância eu tive esse contato com práticas de cuidados tradicionais e dentro do projeto ele desperta em mim uma forte sensação de identificação. De certa forma, é um reencontro com parte da minha própria história, fortalecendo meu sentimento de pertencimento ao Vale do Jequitinhonha e o reconhecimento dessas práticas como uma parte importante da minha identidade e daquilo que eu sou (Bolsista Rian, discente do curso de Turismo da UFVJM).

Ao afirmarem que o projeto é uma oportunidade de valorizar e preservar saberes, os estudantes buscam restaurar ou salvar seu corpo-território (Krenak, 2019). É uma forma de cuidar das ancoragens identitárias que os (re)conectam aos seus territórios de origem. Hutta (2020) chama esse processo de reterritorialização afetiva: “nesse sentido, dinâmicas afetivas agem como forças constitutivas, intensificando, atenuando ou reorientando as desterritorializações e reterritorializações” (p. 83). O autor sugere que o afeto vai além de uma valorização subjetiva, configurando-se como um dinamismo relacional que altera nossa capacidade de agir. Ele destaca, ainda, que vetores afetivos, nesse caso, o próprio projeto de

extensão, arte e cultura, podem intensificar os processos de reterritorialização e trazer sentido para a *práxis*.

Em diálogo com essa reflexão, a Figura 3 representa três gerações de mulheres quilombolas, sendo a primeira (da esquerda para a direita) Maria Eduarda, discente de Medicina na UFVJM e primeira bolsista do projeto, entrevistando mulheres de sua família que benzem em seu quilombo e na região.

Percebemos que, para os discentes do projeto, a extensão deixa de ser apenas uma etapa da formação curricular e torna-se um espaço de mediação, onde os saberes dos seus territórios habitam a universidade. Esse processo reflete na subjetividade do discente, que transforma o estranhamento e distanciamento institucional em espaço e exercício de reafirmação. Essa reflexão pode ser percebida no relato da Maria Eduarda:

Eu, sendo uma pessoa quilombola, participar de um trabalho de extensão como esse dentro da universidade, porque esse processo não é apenas técnico, acadêmico... ele representa um reconhecimento dos saberes ancestrais que estruturam o cuidado dentro das nossas comunidades tradicionais e quilombolas. Vendo esses conhecimentos serem valorizados, fortalece meu sentimento de pertencimento e afirma minha identidade, mesmo estando espacialmente longe do meu território. Me reconecta também com as minhas raízes, minhas origens... isso gera acolhimento, orgulho, né? (Bolsista Maria Eduarda, discente da Medicina na UFVJM).

Figura 03: Discente quilombola da Medicina entrevistando suas parentes em um quilombo em Gouveia-MG



Fonte: Acervo do projeto

O impacto da universidade pública na trajetória de estudantes oriundos de comunidades tradicionais transcende a formação profissional, configurando-se como um campo de disputa simbólica e subjetiva. Aqui, abre-se uma outra chave analítica, que diz respeito à dimensão epistêmica. O projeto, ao estabelecer mecanismos de interlocução pluriepistêmica com os saberes de benzedeiros(os) e raizeiros(os), permite que esses discentes, em sua maioria pardos e pretos, vindos de comunidades rurais e quilombolas, se reconheçam, se sintam representados e pertencentes. Essa iniciativa vai na contramão do modelo excludente e monoepistêmico de conhecimento, que “se associou às múltiplas formas institucionais de exclusão étnico-racial e de classe” (Albernaz & Carvalho, 2022, p. 350).

Ao verem as epistemologias de seus territórios reconhecidas e em diálogo no espaço acadêmico, os discentes experienciam o acolhimento de suas identidades, em contrapartida ao baixo suporte social frequentemente vivenciado no distanciamento de suas comunidades de origem. Para comunidades camponesas, quilombolas e tantas outras tradicionais no Vale do Jequitinhonha, a saúde e o cuidado são questões de soberania territorial. Logo, para a estudante Maria Eduarda, essa aproximação entre o currículo e suas origens quilombolas atua como um mecanismo de reexistência, transformando a distância física de sua comunidade em uma oportunidade de reafirmação identitária.

Essa reflexão nos aproxima do conceito de confluência, desenvolvido por Nego Bispo (2023), ao falar sobre a política das relações. Ao utilizar a metáfora dos rios, Bispo argumenta que “quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente — a gente rende” (p. 15). Essa perspectiva fundamenta a resistência desses sujeitos não como um isolamento, mas como a capacidade de manter a lealdade às raízes e aos saberes ancestrais enquanto se transita por novos territórios. Sob a ótica da saúde coletiva, essa integridade do sujeito manifesta seu sentido mais amplo: como força de afirmação da identidade e capacidade de luta contra os processos opressores que podem silenciar a vida.

Essa confluência também acontece quando a universidade, por meio da extensão, desloca a legitimidade do saber para as mãos de quem sustenta a memória do território. Essa experiência de reconhecimento e o impacto subjetivo de acessar essas histórias de vida são descritos com sensibilidade pela voluntária Joyce:

Entrevistar a Dona Ana foi uma experiência muito marcante pra mim. Eu considero ela uma das mestras da comunidade, um exemplo de pessoa. Escutar a história dela, os saberes, a forma como ela nasceu, de vida, sabe? Isso mexe muito com a gente! E me fez refletir sobre o valor

dessas pessoas na comunidade e também sobre a importância de registrar e respeitar esses conhecimentos. Se a gente não conseguir registrar esses conhecimentos, valorizar esses conhecimento, ao tempo vai se perdendo, né? (Voluntária Joyce, discente da Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM).

A discente Joyce mobiliza sua experiência, assim como a de outros discentes no projeto, para pensar a função social da memória e ver os contornos dessa extensão, que tem a fotografia e as entrevistas como eixo central, como um trabalho que dá sentido ao presente, mas que também projeta o futuro. O esquecimento e o apagamento forçado das comunidades tradicionais do Vale do Jequitinhonha, identificados em outros estudos (Soares, 2012; Simões, 2014; Gonçalves, 2016; Leuchtenberger, 2016; Costa, 2017; Santos, 2018; Silva, 2020; Ferraz, 2023), são historicamente uma forma de violência que adoece o corpo social. Logo, o ato de reconhecer, valorizar, dialogar e aprender com mestres e mestras, benzedeadas(os) e raizeiras(os) é também uma prática de cuidado, que restabelece os vínculos rompidos pela modernidade. A saúde coletiva, vista por esse prisma, vai ao encontro do que ensina Frantz Fanon (2008), que afirma que, para o colonizado, recuperar sua história e sua cultura é o primeiro passo para a cura da alienação imposta pelo opressor.

A Figura 4 traz a fotografia da Joyce e da Karine, discentes da Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM, conversando à beira do fogão de lenha com uma benzedeadora de 95 anos de Capelinha.

Figura 04: Discentes da Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM entrevistando uma benzedeadora de 95 anos em Capelinha -MG



Fonte: Acervo do projeto.

Romanini, Ferigato e Teixeira (2024) propõem uma universidade que recupere a indissociabilidade entre produção de cuidado e produção de conhecimento. Segundo os autores, a promoção da saúde mental acadêmica ocorre mediante o enfrentamento do silenciamento institucional e a implementação de políticas inclusivas de afirmação. Nessa perspectiva, ao mapear e registrar os saberes de benzedeiros(os) e raizeiros(os), o projeto demonstra que a prática extensionista e de pesquisa é, em si, uma estratégia de produção de cuidado e de promoção, ainda que indireta, de saúde mental.

Por fim, pensando na experiência discente com o projeto, vale ressaltar que foram realizadas quatro exposições que levaram as vozes do território para diferentes esferas institucionais e públicas: na “Semana da Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão” (Sintegra), o projeto foi compartilhado com a comunidade acadêmica; no Fórum da Comarca de Diamantina, durante a Semana da Consciência Negra, a exposição esteve associada a um evento que articulou o debate jurídico e social às demandas territoriais das comunidades quilombolas; no Teatro Santa Izabel, a exposição aproximou a cultura popular do patrimônio histórico material e imaterial de Diamantina; e na Reitoria da UFVJM, simbolizou o reconhecimento institucional do projeto e desses saberes na abertura do primeiro semestre letivo de 2026.

As exposições e rodas de conversas geraram grande sensibilização do público visitante, composto por estudantes, professores, funcionários das instituições públicas, comunidade acadêmica e sociedade civil em geral. Elas mobilizaram conversas, memórias, reconhecimento, contação de histórias e diálogos sobre como o público se reconhece e reconhece a importância do projeto.

Como perspectiva de continuidade e em respeito ao princípio da reciprocidade, o projeto planeja, para 2026, o retorno das exposições a todas as comunidades participantes em 2025. Foram estabelecidas parcerias com os municípios para ocupar equipamentos públicos como centros de saúde, escolas e os Centros de Referência de Assistência Social. Esse movimento de reencontro consolida o território como um espaço de vida, de produção de saberes e identidade, tendo o conhecimento como ferramenta de fortalecimento cultural e saúde mental coletiva.

Algumas considerações

Diante de uma cultura acadêmica muitas vezes estruturada a partir de lógicas produtivistas e do avanço de práticas de cuidado individualizantes, que frequentemente ignoram

a origem e a cultura dos sujeitos, este artigo busca contribuir para a reflexão da comunidade universitária sobre o papel da extensão e da pesquisa na formação discente.

Como visto, a discussão sobre saúde mental emergiu de forma orgânica, como um desdobramento das vivências e do contato direto com as comunidades. Segundo Romanini, Ferigato e Teixeira (2024, p. 148), o cuidado com a saúde mental universitária ocorre “quando articulamos nossas pesquisas e atividades de extensão a movimentos sociais e a espaços comunitários, nos territórios em que a vida acontece”. Assim, o que teve início como um mapeamento de saberes e fazeres tradicionais revelou-se como um profundo processo de reconhecimento.

Para além de salvaguardar a memória de benzedeiros(os) e raizeiros(os) do Vale do Jequitinhonha, a prática extensionista permite que os estudantes ancorem suas identidades e fortaleçam o sentimento de pertencimento. Como desdobramento, o projeto fomenta reflexões transversais, que situam a saúde mental como uma construção coletiva. É por meio desse encontro promovido pela extensão que as experiências de bem-estar se concretizam, costurando, na prática, as condições necessárias para a permanência de jovens oriundos das comunidades tradicionais no ambiente acadêmico.

Referências

Albernaz, P. de C., & Carvalho, J. J. de. (2022). Encontro de Saberes: Por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. *Horizontes Antropológicos*, 28(63), 333-358.
<https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000200012>

Barros, L., & Muniz, A. (2026). Saúde mental de estudantes da Universidade Federal da Bahia: relações com variáveis acadêmicas e sociodemográficas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 46(1), 1-18.

Batista, O. A., & Silva, M. S. P. (2024). Os camponeses na universidade: entre a realidade do ensino básico no campo e a luta pela permanência no ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 29, Artigo e024009. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id276830>.

Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu.

Carvalho, J. J. (2019). Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Costa, T. (2017). *A comunidade de Queimadas frente à expansão minerária no Alto Jequitinhonha: a defesa de um território* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

Coutinho, L., et al. (2025). Universidade pública no Brasil: um campo de guerra civil? *Pro-Posições*, 36(1), 1-29.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Fernandes, B. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In Saquet, M., & Sposito, E. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp.197-215). São Paulo: Expressão Popular, 197-215.

Ferraz, J. (2023). *A educação escolar quilombola e histórias “outras” no currículo de História da UFVJM* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

Fontenele, I. (2024). A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. *Revista Katálisis*, 27(1), 1-15.

Fortes, L. (2024). Saúde mental na graduação de Letras Inglês da Ufes e a decolonialidade: porque (nós também) precisamos falar sobre isso. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 24(3), 1-20.

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra.

Garcia, F., & Ribeiro, L. (Org.) (2024). *Saúde Mental Escolar: diálogos com, de e para professoras e professores* (pp. 19-33). São Paulo: CRV

Gonçalves, W. (2016) *Comunidades quilombolas na Constituição Federal de 1988: desafios na construção de políticas públicas implementadoras de direitos fundamentais “multiculturais” - um estudo de caso em Serro/MG* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

Haesbaert, R. (2002). Concepções de território para entender a desterritorialização. In Santos, M. et al. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Lamparina, 17-38.

Haesbaert, R. (2010). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17), 1-15.

Hutta, J. S. (2020). Territórios afetivos: Cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. *Caderno Prudentino de Geografia*, 42(2), p. 63-89.

Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Leão, T., Goto, C., & Ianni, A. (2025). Sofrimento psíquico na universidade e o campo da Saúde Mental Coletiva: uma revisão integrativa de 46 anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 30(4), 1-11.

Lei nº 14.819 de 16 de janeiro de 2024. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14819-16-janeiro-2024-795256-publicacaooriginal-170863-pl.html>.

Leuchtenberger, R. (2016). *Representações sociais de mulheres quilombolas sobre gestação, parto e puerpério e suas práticas de cuidado em saúde reprodutiva* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

Lima, E. M. F. d. A., & Yasui, S. (2014). Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate*, 38(102), 593-606. Recuperado de <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>

Lima de Paulo, M. A. (2018). A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: o caso da UAST/UFRPE. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 38(1), 162–177. <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.45>

Medeiros, R. M. V. (2006). Território, espaço de identidade. In Saquet, M. A., & Sposito, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 217-227). São Paulo: Expressão Popular.

Mendes, A., & Boechat, G. (2024). As urgências subjetivas de estudantes universitários: a construção de um dispositivo temporal. *Psicologia em Estudo*, 29(1), 1-15.

Paulo, A. A., & Botega, G. P. (2019). *Experiências acadêmicas: Um olhar à saúde mental de estudantes no ensino superior* [Artigo de conclusão de curso não publicado]. Universidade do Sul de Santa Catarina.

Paulo, M. D. A. L. D. (2018). A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: O caso da UAST/UFRPE. *Raízes*, 38(1).

Ribeiro, L. (2024). Saúde Mental Escolar: uma (nova) proposta. In Garcia, F., & Ribeiro, L. (Org.). *Saúde Mental Escolar: diálogos com, de e para professoras e professores* (pp. 19-33). São Paulo: CRV.

Ribeiro, L. P. (2025). Saúde mental escolar como política pública: Avanços e desafios da Política Nacional de Atenção Psicossocial a Comunidades Escolares. *Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades*, 7(2), e01-14. Recuperado de <https://doi.org/10.26694/caedu.v7i2.6863>.

Romanini, M., & Gumucio, L. O. (2023). Serviços e programas de saúde mental discente: Acesso, informações e oferta em sites de instituições federais de ensino superior. *Aprender - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação*, 17(30), 159-176. Recuperado de <https://doi.org/10.22481/aprender.i30.12803>

Romanini, M., Ferigato, S. H., & Teixeira, R. R. (2024). Saúde mental na universidade: Problematicando o presente, imaginando futuros. In M. Romanini (Org.), *Psicologia, educação*

e saúde mental: Problematizações sobre/com a universidade (pp. 138-151). São Paulo: ABRAPSO.

Santana, R. R., Santana, C. C. de A. P., Costa Neto, S. B. da., & Oliveira, Ê. C. de. (2021). Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. *Educação & Realidade*, 46(2), e98702. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>.

Santos, S. (2018) *Vozes em disputa: a educação escolar a partir da atuação do Conselho Municipal do Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas de Serro/MG* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP.

Soares, P. (2012) *Usos sociais da leitura e da escrita em uma comunidade quilombola – Alto Jequitinhonha/MG* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Silva, P. (2020) “*Aqui é tudo uma família só*”: maternidade e práticas culturais e um grupo de mulheres em uma comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Silva, P., Vieira, A., & Santos, T. (2021). Trajetórias de um grupo de estudantes quilombolas na UFVJM. *Revista Vozes dos Vales*, 19(1), 1-12.

Simões, E. (2014) *África banta na região de Diamantina: uma proposta de análise etimológica*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (2023). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028*. Recuperado de <https://ufvjm.edu.br>.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 30/04/2026
Aprovado em: 14/06/2026
Publicado em: 11/07/2026

Received on April 30th, 2026
Accepted on June 14th, 2026
Published on July, 11th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Carmo, N. C. C., Silva, P. C., Costa, J., Figueiró, R. S. P., & Silva, M. E. (2026). Territorialidade, pertencimento e formação universitária: reflexões sobre a participação discente no Projeto de Arte, Cultura e Extensão "Mapeamento e Registro Memorial de Benzedeiros(os) e Raizeras(os) no Vale do Jequitinhonha - MG. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20625.

ABNT

CARMO, N. C. C.; SILVA, P. C.; COSTA, J.; FIGUEIRÓ, R. S. P.; SILVA, M. E. Territorialidade, pertencimento e formação universitária: reflexões sobre a participação discente no projeto de arte, cultura e extensão "mapeamento e registro memorial de benzedeiros(os) e raizeras(os) no vale do Jequitinhonha - MG. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20625, 2026.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 11	e20625	UFNT	2026	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------